



**GRANDE ORIENTE DO BRASIL**



# **INFORMATIVO**

# **TRADIÇÃO COM INOVAÇÃO**

Edição nº 43 de 26 de abril de 2020.

Grão-Mestre Geral  
**MÚCIO BONIFÁCIO GUIMARÃES**

Grão-Mestre Geral Adjunto  
**ADEMIR CÂNDIDO DA SILVA**

*Secretaria Geral de*  
**COMUNICAÇÃO DO GOB**







# A UNIÃO DA FAMÍLIA MAÇONICA EM PROL DO BRASIL.



Estimados Irmãos, tivemos uma semana agitada nos bastidores da República... A população brasileira e, em especial, a instituição da Família Maçônica, vê com extrema preocupação o desenvolvimento da política e seus últimos acontecimentos no Brasil, em meio à pandemia e às dificuldades econômicas.

O Grande Oriente do Brasil é uma das poucas instituições no Brasil a ser certificada com a ISO 37001 - Sistema de Gestão Antissuborno, pois a Maçonaria (brasileira e mundial), é uma instituição berço da civilidade e da moralidade. Nosso compromisso com a nação é desde a fundação do Grande Oriente do Brasil e não seria diferente nos dias atuais, de forma que pedimos aos Governos Federal, Estaduais e Municipais, aos nossos gestores públicos, que nos deem estabilidade econômica e principalmente política, que mantenham o compromisso com a moralidade e legalidade, contra a corrupção e o afastamento total da velha e conhecida política.

O povo do Brasil já está sofrendo com o isolamento, com a preocupação e medo relacionados com a saúde, o bem-estar e a vida de suas famílias, sofrendo com medo de perder seu emprego ou a governança de sua empresa, dentre outros motivos e consequências que passamos devido à pandemia.

Contudo, não podemos, em hipótese alguma, sofrer por fatos gerados por gestores. Há de se ter um equilíbrio na gestão, em evitar neste momento de dar continuidade ou de agravar a instabilidade política, seja ela no Executivo, Legislativo ou Judiciário. É momento de UNIÃO em favor da família brasileira, e em favor da sustentabilidade econômica, política e social da Nação.

Dependemos e confiamos que os atores principais da gestão pública, por todas as esferas Federal, Estadual e Municipal, sejam elas no Executivo, Legislativo ou Judiciário, irão dar as mãos e passar a desenvolver projetos de proteção à vida e, neste projeto, estejam única e exclusivamente interesses para a proteção da Pátria e seu Povo.

Falando um pouco da nossa instituição, o nosso trabalho na gestão do GOB continua! Além da atenção política que damos ao Brasil, sempre em contato com nossos governantes, cobrando ações públicas que favoreçam a população, também devemos continuar cuidando das nossas Lojas, Irmãos e Familiares.

Durante a semana, tivemos muitas reuniões por videoconferência, para tratar de interesses da família maçônica, sendo constante nossa preocupação com nossos Irmãos e suas Famílias. Estamos também acompanhando, por meio dos Orientes Estaduais e de seus Grão-Mestres, dos nossos Oficiais do GOB e das redes sociais, toda movimentação e necessidade dos Irmãos. A proximidade que as nossas famílias tem entre si, neste momento, facilita a ajuda e o acompanhamento regional.

É imprescindível que nossas lideranças regionais, principalmente os Veneráveis Mestres, mantenham suas Lojas em contato direto, seja por videoconferência, redes sociais ou ligações telefônicas. E caso não consigam resolver ou venham a enfrentar dificuldades em ajudar nossas famílias de forma regional e a demanda passar de suas alçadas, devem entrar em contato com o Oriente Estadual e esse, se entender que passou da dele, fará contato com o Poder Central, pois estamos aqui para ajudar e contribuir com nossas Lojas e Famílias.

Na gestão do GOB, já estamos pensando também no "pós COVID-19". Com isso, eu, Ademir Cândido e Jussane Guimarães tivemos várias reuniões com Grão-Mestres, Presidentes de FRAFEM, Oficiais da Secretaria de Entidades Paramaçônicas e nossos jovens da APJ "Ação Paramaçônica Juvenil", para desenvolvermos um grande projeto de desenvolvimento e crescimento das APJs, pensando na proteção de nossos jovens.

Fizemos nossa primeira reunião da equipe que trabalhará na transição e adequação do Grande Oriente do Brasil à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), e também, tivemos uma reunião com os membros da equipe formada para as Comemorações dos 200 anos de fundação do Grande Oriente do Brasil, que ocorrerá em 2022. Participamos de reuniões virtuais de Lojas Federadas e da 6ª Zona da Confederação Maçônica Interamericana - CMI, com vários Grão-Mestres de potências regulares estrangeiras, sempre pensando, de forma macro, como podemos resolver as questões que afetam nossas Lojas e Irmãos.

Como podem ver, o trabalho é intenso e continuamos focados no desenvolvimento e engrandecimento do Grande Oriente do Brasil. Estamos preparando novidades que vão atender os anseios de nossas Lojas e dos Irmãos. Vamos juntos, unidos, por um Brasil melhor e o Grande Oriente do Brasil ainda mais fortalecido!

*Esse é o GOB Junto de Você!*

Fraternalmente

**MÚCIO BONIFÁCIO GUIMARÃES**

Grão-Mestre Geral





# Grande Oriente do Brasil

01

BRASÍLIA 60 ANOS - Como a construção de Goiânia e a articulação de políticos goianos possibilitaram a transferência do DF para o estado de Goiás.

02

Parabéns GODF pelos seus 49 anos de Trabalho em favor do Desenvolvimento humano e da Família!

03

Exemplo que Arrasta no Rio de Janeiro!

04

Grão-Mestre Geral em reunião Virtual com Veneráveis e Irmãos da 6ªMaxro Região de Ribeirão Preto-SP.

05

Reunião da Confederação Maçônica Interamericana (CMI), que reuniu Grão-Mestres e Secretários de Relações Exteriores, através de Vídeo Conferência, com participação ativa do Grande Oriente do Brasil .

06

Importante reunião Virtual, com Grão-Mestres e Presidentes de FRAFEM determinam apoio e crescimento futuro da APJ no GOB.

07

Exemplo que Arrasta em Anápolis-GO.

08

Primeira reunião da Equipe de Implantação do Plano de Ação da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados.

09

Grande Oriente do Brasil, o Trabalho continua!

10

Transmissão ao vivo do programa roda da vida - irmão ajudando irmão com o tema : bem-estar da família É prioridade no GOB!

## INFORMATIVO TRADIÇÃO COM INOVAÇÃO

Ed. 43 - 26 de abril de 2020.



## A PALAVRA DO GOB

“Todo maçom é um agente de comunicação do Grande Oriente do Brasil, divulgando, independente do canal de comunicação, as diretrizes, objetivos e metas emanadas do Poder Central do GOB”.





No dia 21 de abril de 2020, Brasília comemora o 60º aniversário de sua inauguração. A história da construção da nova capital — em aproximadamente 1000 dias—é amplamente conhecida e já foi alvo de vários livros e documentários. Um assunto não tão discutido, no entanto, são os primórdios da batalha política por trás de sua localização. Nesse sentido, duas situações tiveram importância fundamental na decisão final da Comissão Especial formada, após a promulgação da constituição de 1946, para a localização e planejamento da transferência da capital do Rio de Janeiro para o planalto central brasileiro: a construção da cidade de Goiânia, inaugurada em 1933, e a histórica articulação de políticos goianos.

A transferência da capital goiana da cidade de Goiás para Goiânia foi, em termos técnicos e políticos, um projeto ousado para a década de 1930, tendo uma histórica figura política local à sua frente: o então Governador Pedro Ludovico Teixeira, nomeado interventor estadual após o movimento de 1930 (sim, aquele!). Dentre os principais desafios da construção de uma cidade “do 0” (ou quase do 0, já que o sítio escolhido para a cidade de Goiânia se localizava próximo à cidade de Campinas — atualmente um bairro), estavam, certamente, a incerteza em relação ao fornecimento adequado de materiais de construção e o modelo imobiliário a ser adotado, a fim de se evitar especulação imobiliária desenfreada. De tão grande, o projeto se inseriu dentro de um contexto retórico de “Marcha para o Oeste” do então presidente Getúlio Vargas.

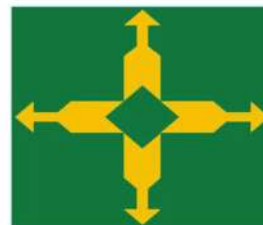
É preciso ressaltar, nesse momento, que a iniciativa de construção de uma nova capital estadual não era novidade. A construção de Belo Horizonte, na última década do século XIX, havia estabelecido um forte precedente. Além do distanciamento temporal, uma grande diferença entre os dois empreendimentos é a localização geográfica. Ao passo que a capital mineira foi construída em um dos principais eixos sociopolíticos e econômicos do Brasil, a capital goiana foi construída na vasta e despovoada região central.

O sucesso da construção de Goiânia foi a prova técnica definitiva de que era sim possível erguer uma cidade moderna em terras tão longínquas. Mais do que isso: despertou, na classe política local, militância por um empreendimento ainda maior na região: a construção da nova capital. Um claro exemplo disso foram os irmãos Coimbra Bueno, donos da principal construtora responsável pela edificação da nova capital goiana e, na sequência, políticos de destaque no cenário local — como se não bastasse, batizaram dois dos principais bairros da cidade.





Ainda na década de 1930, os irmãos fundaram a Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil, instituição que articulava estudos e ações público-privadas em prol da transferência. Em 1939, enviaram uma carta a Getúlio Vargas pedindo a transferência da capital ainda durante a vigência do Estado Novo. O pedido, como bem se sabe, não foi acatado, embora tenha motivado a incorporação, no discurso getulista, da expressão “Cruzada para o Oeste”, claramente inspirada no que se chamava - sem problematizações naquela época - de neobandeirantismo. Após a inauguração de Brasília, a Fundação Coimbra Bueno recebeu a alcunha, pelo Decreto 49.873/1961, de utilidade pública.



O decreto assinado por Juscelino Kubitschek também mencionava, no campo das considerações, a construção de Goiânia como “obra piloto de Brasília”, evidenciando a relação entre a construção das duas cidades em um período pouco inferior a 30 anos.

Antes mesmo dos irmãos Coimbra Bueno, outras ações políticas já haviam marcado o engajamento de parlamentares goianos na transferência da capital. Fazendo uma brevíssima recapitulação histórica, a transferência foi assunto recorrente na política nacional desde, pelo menos, o início do século XIX. Duas justificativas sintetizam o interesse: desenvolvimento do interior do país e aumento da proteção da capital federal — dada a vulnerabilidade da cidade do Rio de Janeiro, situada na costa brasileira. Analisando o recorte histórico que vai da Independência do Brasil até a fundação de Brasília, somente uma das cinco constituições brasileiras não traziam um artigo relacionado à nova capital — justamente a primeira, de 1824, elaborada unilateralmente pelo Imperador D. Pedro I. Mas, claro, isso não significava ausência de debate. A Assembleia Constituinte, rapidamente dissolvida, havia discutido a ideia. O principal defensor, o deputado constituinte José Bonifácio de Andrada e Silva, inclusive foi o mentor do nome “Brasília”. Já a constituição de 1891 citava explicitamente a mudança de capital em seu artigo 3º, definindo até mesmo a área a ser demarcada.

Dento desse contexto, já na década de 1890, foi formada uma comissão estritamente técnica para demarcação dos 14.400 km² citados na CF/1891. Batizada em homenagem ao líder técnico da expedição, a Comissão Cruls demarcou uma área quase inteiramente inscrita no atual território de Goiás — o “Quadrilátero Cruls” — e elaborou o primeiro documento técnico oficial relacionado à mudança da capital. O relatório da comissão todavia não assegurava que aquela seria a localização exata do novo Distrito Federal.

Foi assim que, em 1922, começou com maior destaque a atuação política goiana no assunto. Em comemoração ao centenário da Independência, o deputado federal goiano Americano do Brasil propõe matéria que versava sobre a instalação, no dia 7 de setembro, da pedra fundamental de Brasília em local inserido na área do Quadrilátero Cruls. A matéria foi aprovada pelo congresso e sancionada pelo Presidente Epitácio Pessoa. O monumento, ainda existente, foi inaugurado, na data marcada, no então município de Planaltina (na parte que, atualmente, é região administrativa do DF). Somado ao fato de já existir uma área demarcada, a inauguração da pedra fundamental foi o combustível que faltava para a explosão da especulação imobiliária na região. Foi assim que surge, em 1927, o primeiro projeto urbanístico para a Nova Capital — o loteamento da fazenda Bananal. De autor desconhecido, foi uma iniciativa individual para a valorização e posterior venda de lotes no local onde, possivelmente, se localizaria Brasília.

No âmbito das discussões internas da Comissão para Localização da Nova Capital, formada em virtude do artigo 4º da Constituição de 1946, que ordenava a mudança da capital “para o planalto central” do Brasil, outro deputado federal goiano se destacou na defesa incontestada da manutenção da nova capital dentro dos limites do Estado de Goiás: Jalles Machado. O deputado, engenheiro e um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN) em Goiás (sim, o partido de Carlos Lacerda), se destacou na oposição às ideias do deputado federal mineiro Israel Pinheiro, que posteriormente viria a ser o primeiro presidente da Novacap e uma das principais caras do governo JK. Israel Pinheiro defendia que a nova capital fosse instalada em uma cidade já existente, preferencialmente no Triângulo Mineiro.

Um dos principais simpatizantes dessa ideia, por incrível que pareça, era o então deputado federal mineiro JK. Quase que desprezando os resultados do Relatório Cruls, a Comissão analisou, inicialmente, 8 regiões (já povoadas ou não) que poderiam sediar a nova capital federal: Uberaba, Ituiutaba, Uberlândia, Patos de Minas, Ipameri, Quadrilátero Cruls e Chapada dos Veadeiros. Além disso, ocorreu uma ampla discussão sobre a magnitude da área do Distrito Federal. O embate entre Israel Pinheiro e Jalles Machado se deu em virtude da interpretação do termo “Planalto Central”, citado na Constituição como a macrorregião que receberia Brasília. Jalles, em defesa da construção de uma nova cidade e, ainda, da manutenção desta no interior do quadrilátero Cruls, afirmou que a região do Triângulo Mineiro não poderia ser considerada Planalto Central, dada a amplitude da altitude: desde 150 m até 1500 m. Com esse argumento, a ideia do Triângulo Mineiro foi definitivamente refutada. Além disso, o parlamentar apresentou, em 1947, um projeto pioneiro de interligação rodoviária e fluvial do centro do Brasil com as outras regiões — projeto que foi, no mínimo, inspiração





para o projeto de interligação implementado.

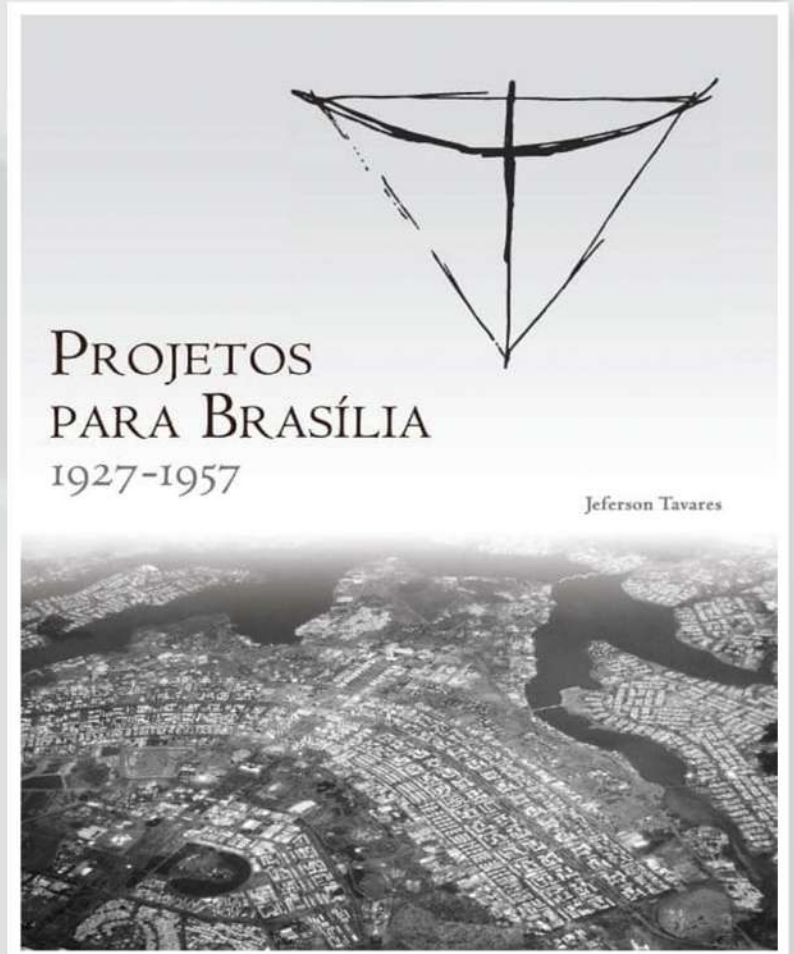
Em relação às demais regiões, o debate foi tão intenso que uma empresa estadunidense (Donald Becher and Associates Inc.) foi contratada, já em 1954, para elaboração de um estudo técnico — em teoria, o estudo seria completamente alheio aos interesses regionais. Apenas em 1955, após a pré-seleção de 5 regiões e a eleição da melhor sob critérios de clima, topografia, abastecimento de água e outros, a atual região do DF foi demarcada — uma área quase 3 vezes menor que a do quadrilátero Cruls.

Uma vez definido que a área de fato estaria completamente inserida no estado de Goiás (uma enorme vitória política para o estado), houve uma mobilização para desapropriar a área em tempo recorde. Dessa maneira, a desapropriação foi iniciada ainda em 1955, comandada pelo governador José Ludovico de Almeida, sobrinho de Pedro Ludovico, o político responsável pela transferência da capital de Goiás. Os recursos para a desapropriação ainda são alvo de polêmica. O que se sabe, no entanto, é que houve uma intensa articulação do senador Jeronymo Coimbra Bueno (um dos dois irmãos da família Coimbra Bueno) para viabilizar a engenharia financeira que vinculava os recursos federais e os estaduais para que o estado de Goiás começasse, já em 1955 e por conta própria, a desapropriar os 5.800 km<sup>2</sup> do novo Distrito Federal.

Nos importantíssimos anos de 1956 e 1957, dois outros eventos marcaram o protagonismo do Estado na mudança da capital. Foi em um evento em Jataí, no ano de 1956, que JK prometeu que cumpriria integralmente a Constituição de 1946 e, portanto, consolidaria a transferência da capital — como visto anteriormente, a própria desapropriação de terras do Distrito Federal já estava a pleno vapor a essa altura. O anúncio veio após a folclórica situação em que “seu Toniquinho” — um honorário cidadão de Jataí—pergunta a JK se, caso eleito, cumpriria toda a Constituição. A resposta, claro, foi que sim. A partir de então, a construção de Brasília passaria a integrar e ser o centro do Plano de Metas, um ousado conjunto de ações desenvolvimentistas nos moldes dos planos quinquenais.

Por fim, no ano de 1957, foi estabelecido o ato que poria fim à ansiedade goiana em relação à conclusão do processo de transferência: a lei 3.273/1957, de proposição do deputado federal Emival Ramos Caiado (tio do atual governador Ronaldo Caiado). A lei definia uma data específica para a inauguração da nova capital federal: o dia 21 de abril de 1960, exatamente 933 dias após sua sanção. A data, obviamente, não era uma mera coincidência com a efeméride de morte de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Ironicamente, Emival Ramos Caiado era um parlamentar filiado à UDN, provando que, para a elite política goiana daquela época, os interesses regionais sobrepujam a histórica oposição do partido ao governo JK.

Em 21 de abril de 1960, como estabelecido na lei, Brasília foi inaugurada e a administração federal começou a migrar para o planalto central do Brasil, concretizando anos de articulações políticas e iniciando um amplo processo de interiorização do desenvolvimento nacional.







Na pessoa dos Irmãos Reginaldo Gusmão de Albuquerque e Marcos Antonio Pereira Noronha, Grão-Mestre e Adjunto, cumprimentamos todos os valorosos irmãos e família maçônica do Grande Oriente do Distrito Federal, pelos seus 49 anos de fundação e fortalecimento da sociedade, desenvolvimento humano, proteção da família e dos menos favorecidos. É sempre um prazer estar congregando com vocês, nossa união é indissolúvel, nossas ações são percussoras do amor, fraternidade e ideais maçônicos de preservação da dignidade humana e equidade na sociedade.







A Loja Fraternidade 2765, oriente de Niterói, através de seus obreiros capitaneado pelo VM Anderson Fajardo Silva Martins, filho Irmão do assessor do GMG Matheus Casado Martins, e ajuda de obreiros de lojas co-irmãs e irmãos empresários, dentre eles o Presidente do Sinaval, Arioaldo Santana da Rocha, membro do Conselho Federal da Ordem, cujo conselho também pertence o Eminentíssimo Irmão Edimo MUNIZ Pinho, membro daquela Oficina, dando continuidade a campanha filantrópica que já ultrapassou a doação da quantidade de 15 mil Máscaras, também fez a distribuição de mais de 300 caixas bombons e inúmeros ovos de chocolates para comunidades carentes, graças ao espírito abnegado desses maçons, que através do irmão fraterno Marco Antônio Pereira de Lima, mais conhecido por Tatu, em homenagem a sua rede empresarial. Ainda iniciaram uma campanha de arrecadação e doação de alimentos. Não satisfeitos, através do Irmão Bruno Paura, Deputado Federal pela Loja João Caetano 0478, e mestre instalado da Loja Fraternidade, foi intensificado o serviço de sanitização de diversas repartições públicas, inclusive do Palácio Maçônico de Niterói e por último do nosso querido monumento Cristo Redentor.

Não satisfeitos, através do irmão Marcos Garcia, também da Loja Fraternidade 2765, foram doados aos IMLs de Niterói, Duque de Caxias, Campo Grande e Macaé, 18 aventais laváveis de frente única para utilização química e 40 luvas laváveis para utilização química. Para quem não conhece, esse material é caro e difícil de encontrar nesse momento. Sendo feita a distribuição através do nosso irmão que é chefe da polícia técnica de Niterói, Luiz aberto ex VM da Arls Libertadores da América.

Foram entregues também 300 máscaras cirúrgicas e 30 máscaras modelo face shield para a coordenadora de do SAD (Serviços de atendimento domiciliar de São Gonçalo) Marcele Ferreira. Doação de 1000 máscaras cirúrgicas e 50 máscaras modelo face shield para o hospital Luiz Palmier.







Soberano Irmão Múcio Bonifácio Guimarães, participa do 2º Encontro para informações sobre o COVID-19, com irmãos, Veneráveis Mestres e Lideranças Regionais da 6ª Macro Região do GOB-SP, Região de Ribeirão Preto. A convite dos irmãos organizadores Sinval José Danielle, Júlio Bim e João Cruvinel, o Grão-Mestre Geral, explanou sobre "A Era Digital e os Impactos no Ambiente Maçônico", com amplo debate. Muitos outros importantes assuntos também foram discutidos e debatidos pelos presentes, entre eles, o status do COVID-19 na Comunidade - Irmão Walther Campos Filho (Walther O. Campos Filho Tintim), da Loja Estrela dos Campos Elíseos. O Soberano Irmão Múcio, parabeniza e incentiva a iniciativa das reuniões virtuais, enquanto nos mantemos em isolamento social.







Ocorreu na tarde do dia 22/04 do ano em curso, uma produtiva reunião através de vídeo conferência, entre dirigentes da Maçonaria dos países, que fazem parte da 6. Zona da CMI.

O GOB foi representada pelo Grão-Mestre Geral, Soberano Irmão MÚCIO Bonifácio Guimarães; e acompanhado pelo Grão-Mestre Geral Adjunto, Sapientíssimo Irmão ADEMIR Cândido e pelo Secretário-Geral de Relações Maçônicas Exteriores, Eminentíssimo Irmão LUCAS Galdeano.

Na oportunidade cada Grão-Mestre fez uma síntese das atividades de sua respectiva Obediência, em tempos da pandemia do COVID-19.

Além dos relatos vivenciados por cada Obediência, propostas pró ativas e altruístas foram sugeridas, para o combate ao novo corona vírus, procurando amenizar os efeitos causado pela doença, a qual surpreendeu a população de todo o globo terrestre e a cada Maçom espalhado pela superfície da terra, em particular.

Ao final do encontro, todos os participantes saíram se sentindo “Colunas mais Fortes” com a troca de experiência, estreitando ainda mais os laços fraternos que os unem e prontos para melhor atuarem em benefício e harmonia com a sociedade, em cada país que representam.

Autoridades Maçônicas Estrangeiras que participaram do Encontro:

– Grão-Mestre da Grande Loja da Argentina de Livres e Aceitos Maçons, Ir. Angel Jorge Clavero e o Secretário de Relações Maçônicas Exteriores, Ir. Nestor Hernández;

– Grão-Mestre da Grande Loja da Bolívia, Ir. José Adolfo Crespo Bonadona e o Secretário de Relações Maçônicas Exteriores, Ir. Jimmy Aramayo;

– Grão-Mestre da Grande Loja do Chile, Ir. Sebastián Jans e o Secretário de Relações Maçônicas Exteriores, Ir. Marco Vidal Subriabre;

– Grão-Mestre da Grande Loja de Espanha, Ir. Oscar de Alfonso Ortega;

– Grão-Mestre da Grande Loja Legal de Portugal/GLRP,

Ir. Armindo Azevedo e o Secretário de Relações Maçônicas Exteriores, Ir. José Ruah;

– Grão-Mestre da Grande Loja Simbólica do Paraguai, Ir. Edgar Sanches Caballero e o Secretário de Relações Maçônicas Exteriores, Ir. Raul Pintos Grassi,

– Grão-Mestre da Grande Loja da Maçonaria do Uruguai, Ir. José Garchitorea e o Secretário de Relações Maçônicas Exteriores, Ir. Oscar Figueredo.







A Reunião que contou com a participação do Soberano Irmão Múcio Bonifácio Guimarães, Sapiientíssimo Irmão Ademir Cândido da Silva, Jussane Guimarães, Grão-Mestres Estaduais, Presidentes de FRAFEM Estaduais e Ductors, teve o intuito de intensificar o fortalecimento e expansão da Ação Paramaçônica Juvenil, em todo território Nacional, e para que isso ocorra de forma ordenada e planejada, será incorporado as Presidentes das Fraternidades Femininas Cruzeiro do Sul na co-participação e execução na Presidência da APJ, em níveis Nacional, Estaduais e Lojas. Os presentes se manifestaram com muito entusiasmo, obtendo apoio dos Grão-Mestres e Presidentes Estaduais da FRAFEM. Os Eminente Irmão ArquARlano Bites Leão, Secretário Geral de Entidades Paramaçônicas, e o Diretor Nacional da APJ, Irmão Cacá, ficaram extremamente satisfeitos com a oportunidade oferecida e com o resultado final da reunião, fazendo com que o futuro da APJ, seja muitíssimo promissor.







Na série "exemplos que arrastam", demonstrando o trabalho de Lojas Federadas ao Grande Oriente do Brasil, em favor dos menos favorecidos. Segue o belíssimo trabalho de manutenção própria deste LAR PARA MELHOR IDADE, que a Loja Lealdade e Justiça nº 1222 - GOB-GO. Se cada um de nós, fizermos um pouquinho, com certeza, o resultado final será satisfatório e a humanidade será recompensada.

Gentileza gera Gentileza!

ASSISTA AO VÍDEO : <https://www.gob.org.br/exemplo-que-arrasta-em-anapolis-go/>







Com a presença e supervisão do Grão-Mestre Geral, Soberano Irmão Múcio Bonifácio Guimarães, e sob a Presidência do Sapiientíssimo Irmão Ademir Cândido, foi apresentado um esboço de um Projeto para Implantação da LGPD no Grande Oriente do Brasil.

Abaixo segue o Decreto de nomeação da equipe participante.

DECRETO N. 1.830, DE 17 DE ABRIL DE 2020, da EVI. NOMEIA O COMITÊ GESTOR COM OBJETIVO IMPLANTAR O PLANO DE AÇÃO E ADEQUAR O GOB A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD).

DECRETA: Art. 1º – Ficam nomeados os irmãos ADEMIR CÂNDIDO DA SILVA, CIM 154.909, Grão-Mestre Geral Adjunto, ANDRÉ LUIZ LIMA STORNI ROCHA, CIM 190.775, Procurador Geral, RUY FERREIRA BORGES, CIM 167.940, Secretário Geral da Guarda dos Selos, MARKO ANTÔNIO CANDIDO DE OLIVEIRA CIM 246.226, Secretário Geral de Planejamento, ARLINDO BATISTA CHAPETTA CIM 279.537, Secretário Geral de Comunicação e Informática, LUÍS MÁRIO LUCHETTA CIM 209.620, Grão-Mestre Estadual do GOB-PR, DANIEL DE LEÃO KELETI CIM 267.567, Grão-Mestre Estadual Adjunto do GOB-SP e MARCIUS AUGUSTUS MOTA LINHARES CIM 308.133, Secretário Geral Adjunto de Planejamento, para, sob a presidência do primeiro, compor o Comitê Gestor para implantação do plano de ação com objetivo de adequar o GOB a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

Art.2º-Em razão das medidas protetivas contrao COVID-19, ficama utorizadas, desde já, a realização de reuniões do Comitê Gestor por videoconferência, que serão convocadas e presididas pelo Sapiientíssimo Irmão ADEMIR CÂNDIDO DA SILVA e coordenadas pelos Eminentes irmãos MARKO ANTÔNIO CANDIDO DE OLIVEIRA e LUÍS MÁRIO LUCHETTA, Secretário Geral de Planejamento do GOB e Grão-Mestre Estadual do GOB-PR.







O Soberano Irmão Múcio Bonifácio Guimarães, reuniu a comissão organizadora das comemorações dos 200 anos do GOB, que serão em 2022, em uma vídeoconferência, para o planejamento e discussão das ações, definição de cronograma e metas, além de distribuição de tarefas. O evento será digno da grandiosidade da história do GOB.

Esse é o GOB Junto de Você!





## BEM-ESTAR DA FAMÍLIA É PRIORIDADE NO GOB!

Vamos conversar sobre convivência na Família?

Sobre cuidados no Casamento?

Se você acredita que a qualidade na relação, pode determinar sua qualidade de vida! Venha participar do Bate-papo ao Vivo na TV-GOB, com a famosa especialista, **CRIS MONTEIRO**, Terapeuta especialista em Assuntos Matrimoniais e de saúde e bem-estar.

Esse é mais um Programa "Roda da Vida - Irmão ajudando Irmão" ao vivo pela TV-GOB na segunda-feira, **27/04, às 19h38.**



**Cris Monteiro**  
Terapeuta especialista em assuntos matrimoniais e de saúde e bem-estar.



**Casal Múcio Bonifácio Guimarães e Jussane Guimarães**  
Grão-Mestre Geral e Presidente Nacional da FRAFEM.



**Arlindo Chapetta**  
Comunicação e Informática do GOB



**Leida Vasconcelos**  
Apresentadora do Programa Casamentar



**CLIQUE AQUI PARA ACESSAR**

*Acesse o link: [www.facebook.com/portalgob](http://www.facebook.com/portalgob) e assista a palestra ao vivo pela TVGOB!*





**É O GOB JUNTO DE VOCÊ!**

**CONTATOS:**



[/MARKETINGGOB](#)



[/PORTALGOB](#)



[WWW.GOB.ORG.BR](http://WWW.GOB.ORG.BR)

SGAS - Av. W/5 - Quadra 913 - Conjunto H  
Brasília - DF CEP: 70390-130  
Central de atendimento. Telefone: 61 3034-9800